O grupo e o indivíduo em conflito e na guerra*

*Robi Friedman***

Este artigo é a expressão de gratidão a Malcolm Pines que tem sido um mentor pessoal e um defensor robusto do Instituto Israelense de Grupanálise. A amizade firme que desenvolvemos, assim como os fortes elos entre ele e Israel e seu desejo de nos ver em segurança e em desenvolvimento são uma espécie de grande conforto. Eu, de modo algum, teria começado a escrever se ele não tivesse me encorajado por mais de uma década. Conseqüentemente este artigo não é apenas um esforço em usar o trabalho com grupos na tentativa de superar politicamente dificuldades, mas é também em si um resultado da influência de Malcolm. Entre várias outras citações possíveis, eu uso duas das que me parecem mais relevantes:

> "Minha crença é a de que o terapeuta sempre precisa ganhar o direito de fazer alguma interpretação. Verdades são sempre pessoais. Não há verdade impessoal objetiva dada por um terapeuta ao pronunciar a verdade objetiva sobre um paciente. Expressar o que você acredita ser verdade sobre a vida de outra pessoa, é engajar-se com ela em um encontro compartilhado..." (Pines, 1993: 101)
>
> "Um grupo novo tem uma extensão limitada de comunicação, pois sua capacidade de conter, de sustentar e finalmente de com-

* Do original: FRIEDMAN, R. (2010) The Group and The Individual in Conflict and War. In: *International Journal of Group Analysis*, 43(3), p.281-283. Versão do inglês por Margot Isolde Ingrid Hoffmann. Revisão da tradução por Carla Penna.

** Psicólogo clínico, grupanalista, co-fundador do *Israeli Institute of Group Analysis*, ex-presidente do *Israeli Association for Group Psychotherapy* e presidente da Group- Analytic Society International. Trabalha em consultório particular, leciona no *IIGA* e na Universidade de Haifa, e conduz diálogos de Conflito com Palestinos,participando ainda do IDI (Iniciativa de Diálogo Internacional) que promove o diálogo Ocidente/Islã em grupo co- liderado por Vamik Volkan e Lord John Alderdice.

> preender o que as pessoas estão expressando em suas doenças é limitada. Com o tempo a extensão de responsabilidade e compreensão amplia-se gradativamente..." (Pines, 1993: 102).

Este artigo é uma reflexão sobre as dificuldades da penosa elaboração de nossas próprias verdades e as vantagens e limitações do desenvolvimento do trabalho em grupo.

Parte 1. As funções de continente e *holding* de grupos: elaboração interna e externa das dificuldades em grupos sob *stress*

Introdução

Uma praga chinesa diz: 'Caso você viva em tempos interessantes'. Eu vivo em um país em que na maioria do tempo se vive em 'tempos interessantes'. Muitos de nós combateu e sofreu não apenas uma ou duas, mas algumas guerras... Em toda a região agressões e vitimizações recíprocas têm causado grande e contínuo sofrimento durante os últimos cem anos. Há algum tempo estive fora durante um mês inteiro, em conferências nos EUA e no Havaí e, para surpresa minha - contrariando minha experiência habitual - durante estas quatro semanas nada de dramático aconteceu em Israel, nada de bombas-suicidas, nenhum seqüestro, apenas alguns foguetes não-letais no sul. Sugiro que nós terapeutas façamos uso de algumas experiências dessas circunstâncias infelizes e incomuns com a finalidade de aprendermos sobre a função de grupos em situações extremas. Desejo falar sobre esses processos através da experiência com a Segunda Guerra Libanesa ocorrida no verão de 2006, mas gostaria de falar também sobre as dificuldades de trabalhar com tentativas de diálogo em situações de conflito, como aquelas que experimentei com os Palestinos.

1. Grupos e a sobrevivência psíquica da população civil na guerra

Durante o verão de 2006 tive três grupos terapêuticos: um grupo duas vezes por semana, um grupo uma vez por semana e um grupo duas vezes ao mês com pacientes árabes. Eram grupos semi-abertos ou fechados que conduzi por muitos anos. Suas funções na guerra e sua capacidade de partilhar habilidades para enfrentar situações extremas, ajudaram-me a entender muitos dos processos que eram relevantes em tempos de guerra. Poderemos vir a ser novamente desafiados por estas situações no futuro: a população civil pode ver-se obrigada a melhorar sua capacidade de enfrentar dificuldades em condições semelhantes às da guerra, além do que, podemos tornar-nos capazes de utili-

zar o aprendizado com estas situações na construção de importantes espaços de crescimento em contextos menos estressantes.

Os dois grupos judeus que eu tinha continuaram a se encontrar durante toda a guerra sem interrupções; o grupo árabe – apesar de sua vontade de se reunir – sentia-se inibido em relação à sua vizinhança, à sua famílias e amigos a freqüentar sessões com um terapeuta judeu, que vivia em um bairro judeu. Além disso, receavam ficar separados de seus familiares, ainda que por algumas horas.

Como um indivíduo comum, sua família e seus grupos vizinhos sobrevivem enquanto estão sendo alvo de uma moderna forma de terrorismo e agressão? Esta realidade político-social foi certamente verdadeira no século anterior, quando atrocidades incomparáveis aconteceram não apenas nas trincheiras de Verdun e nas ruas de Stalingrado, não apenas em Auschwitz e Bergen Belsen, mas também em Londres, Dresden e Hiroshima, em Ruanda e na Nigéria. Estes processos continuaram em Mostar, na Bagdá de hoje, em Kabul e nas cidades do Paquistão.

A questão que se coloca para o terapeuta é: O que é necessário para a sobrevivência psíquica do indivíduo sob ataque? Em Israel esta questão tornou-se realidade quando dois milhões de habitantes, tanto judeus como árabes, ficaram sob o ataque de cinco mil foguetes naquele verão não tão distante. Neste sentido, será a partir da reflexão psicológica do que testemunhei em áreas bombardeadas - mais do que do ponto de vista político porque este muitas vezes esteve fora da minha compreensão embora tenha causado sofrimento a toda a região – que a discussão será encaminhada. Nas últimas duas décadas, durante as duas guerras do Golfo, foi a população civil, mais do que a militar que sofreu de forma mais significativa. Os bombardeios maciços das principais cidades de Israel, sob rajadas de mísseis, causaram enorme dor psíquica e sofrimento semelhante àquele experimentado pela população da Palestina na Cisjordânia e em Gaza que vive constantemente sob terríveis condições e ataques do exército. Agora, foram os judeus israelenses e a população árabe na Galiléia que sofreram uma derrota conjunta – pela primeira vez.

A primeira lição que aprendi foi a de que sobreviver é melhor se você estiver preparado para tal. A despreparada população palestina ao norte de Israel que sempre se sentiu segura de que nunca seria atacada foi a que mais sofreu. Nossos vizinhos árabes foram pela primeira vez surpreendidos e extensamente atacados pelos foguetes do Hezbollah – assim como nós. A segunda lição é para mim o grande segredo da sobrevivência psíquica: o uso do Outros, a ajuda da sociedade, do ambiente e do grupo 'suficientemente bom'. O Outro pode

ser encontrado em um indivíduo ou em uma família que nos dê suporte ou mesmo em um grupo onde possamos nos incluir. Raramente testemunhei o suporte proveniente de um objeto interno – em um estado de *stress* existencial como esse a maioria de nós necessita de continente externo, proveniente do ambiente, a fim de sobreviver psiquicamente. A idéia de "continente interno", descrita idealmente por Victor Frankl (1947) que relatou sua vida como interno em um campo de concentração, é rara, é uma experiência extraordinária e única. A partir de minhas próprias observações a procura por uma razão para sobreviver e viver é essencialmente um acontecimento social e a estratégia de sobrevivência intrapsíquica adotada por Frankl é incomum para um reles mortal. Isto é, diante de tais situações a maioria de nós procura de início dar um passo exclusivamente individual, contando apenas com recursos intrapsíquicos para enfrentar as dificuldades, da mesma forma em que nos agarramos em nossas vidas à ilusão de independência completa. Neste artigo, a diferenciação entre sonhar e contar-o-sonho [*dream-telling*] será feita em conexão com essa idéia.

2. Fatores curativos em tempos de guerra

Yalom e Leszcz (2005) definiram em sua obra o que seriam fatores curativos e os usaram na prática, particularmente na pesquisa. Entretanto, em tempos de guerra, quando o *stress* em relação às possibilidades de continente (Bion, 1962) é tão grande e os processos psíquicos e sociais parecem tão diferentes mudanças se impõem. Assim, gostaria de falar sobre três desses fatores que me pareceram notáveis por sua contribuição na sistematização da experiência em tempos de guerra. São eles: a recusa na presença de outros, a solidariedade e o reconhecimento do sofrimento e a restrição ao Outro.

a) *Recusa/negação na presença de Outros*: Agências de informação deveriam parar de informar ou começar a dar informações de uma forma que possa ser melhor processada pelo indivíduo. Acredito que a informação tanto emocional como cognitiva (se é que existe uma divisão dessas) é continuamente elaborada por processos de pensamento conscientes e inconscientes. É a nossa 'vida-de-sonho' (Meltzer, 1983) que nos ajuda a digerir e a integrar terríveis notícias tais como: 40 corpos decapitados encontrados no Afeganistão, um xiita explodindo-se em lugar santo sunita, imagens de crianças mortas em ataque de trem no Paquistão ou um ataque a gás num subterrâneo de Tóquio! Nosso inconsciente pessoal e nosso 'Inconsciente Social' (Hopper, 2003; Weinberg, 2007) estão constantemente ocupados, elaborando respostas emocionais em relação ao sofrimento insuportável de nossos entes queridos. Nosso 'Espa-

ço de Segurança' interno (Kotani, 1999; Friedman, 2004) que é levado a elaborar as informações intrusivas pode estar bem acima de sua capacidade de elaboração inconsciente. Assim, atingindo seu limite, ele bem pode precisar de outros, grupos ou indivíduos a fim de processar melhor este material, desta vez já em uma segunda etapa do processo elaborativo. A mídia vista como 'outro significativo' precisaria apresentar as notícias de modo mais palatável ou deixar de lado a maioria do material pesado. Atualmente parece que o público ignora ou recusa a maior parte das notícias fato que, às vezes, pode ser visto como um processo saudável. A guerra no Iraque é um bom exemplo e a guerra no Afeganistão é um exemplo ainda melhor. O público quase nada sabe sobre esses acontecimentos mesmo quando eles são relevantes para países como Itália e Israel – principalmente, porque não queremos saber nada sobre eles. Poderíamos saber se o desejássemos, mas de muitas maneiras, paramos ou pelo menos retardamos nossa exposição a tamanho fluxo de informações.

Há dois exemplos atuais de processos de recusa em nossos círculos profissionais: em Israel tentamos organizar seminários sobre pós-trauma e sofrimento da população civil no pós-guerra em três associações, incluindo a Associação Israelense de Psicoterapia de Grupo, encabeçada por mim. Havia muitos assuntos relevantes para serem discutidos a partir da experiência da guerra. De início desejávamos aprender sobre os processos que as famílias haviam passado, se elas haviam ou não permanecido em áreas bombardeadas (tivemos - e ainda temos - ondas de milhares de crianças em angústia com ansiedades pós-traumáticas etc.). Em segundo lugar, queríamos investigar os processos pelos quais as famílias que deixaram a área tinham passado (parece haver mais conflitos familiares no processo de ajustamento a outros espaços e em relação a relacionamentos em tempos difíceis). Em terceiro lugar, queríamos aprender sobre o papel dos profissionais em situações como essas. Perguntas surgiam tais como: Deveria um psicoterapeuta ou grupanalista permanecer em zona de guerra ou, pelo menos, trabalhar lá se tornando disponível como continente? Percebemos que ao contrário de médicos, enfermeiros e equipes hospitalares que continuaram trabalhando em áreas de alto risco, a psicoterapia em zonas de guerra estava amplamente reduzida. O permanente *stress* tornava impossível abrir um grupo sem que alguém se desfizesse em lágrimas ou tendo parentes em dificuldades, pedisse desesperadamente por ajuda à seus filhos, impeliu-nos a organizar um dia inteiro de estudos. Entretanto falhamos em despertar o interesse dos profissionais israelenses sobre os processos traumáticos que haviam ocorrido no norte, embora qualquer outro assunto estimulasse a curiosidade de nossos terapeutas.

Recusar e clivar a realidade sócio-política em boa e má é uma tendência geral, mas este processo também se relaciona com a dificuldade de explorar informações dolorosas ou ameaçadoras. Esquerda e direita têm dificuldade de se tornarem ambivalentes e neste caso podem estar em ação mecanismos de sobrevivência e proteção que devem ser respeitados e, até por vezes, suportados pelo terapeuta ou líder do grupo em tempos de *stress*. Tendo dito isso, os formadores de opinião que usam estas clivagens ou se sentem particularmente mobilizados por elas podem não estar em posição de exercer funcionalmente suas capacidades de pensamento.

b) *Principais funções de grupos em tempos de guerra*: *solidariedade e reconhecimento do sofrimento* - Identificações transitórias e reconhecimento momentâneo do sofrimento são relativamente comuns e por serem processos interpessoais descontínuos, são ineficientes em aliviar o problema. Solidariedade é um processo interpessoal contínuo, difícil de ser mantido tendendo a desaparecer gradativamente na ausência de motivações pessoais especiais. Na solidariedade é necessário que se mobilize muita energia para fazer uma ponte entre a 'relação de objeto' e o 'uso do objeto' (Winnicott, 1962). É preciso traduzir fantasia e sentimentos em ação e relação. Em grandes grupos conduzidos no pós-guerra, mesmo em Israel, foi difícil ou impossível aos participantes darem voz ao reconhecimento da miséria das vítimas, o que surgiu intensamente apenas quando a guerra já tinha acabado.

Na realidade, um estado de solidariedade significa um tipo especial de continente, no qual a habilidade de tolerar o sofrimento do outro não resulta em evitação. Em pequenos grupos, durante a guerra havia uma possibilidade maior de conter o sofrimento e de reconhecer a dor e a agonia do outro. Isto ficou evidente alguns meses após durante as sessões realizadas em grandes grupos.

c*) O papel de continente dos outros: procurando por parentes ou cuidados parentais* – A grande solidão e a fragilidade experimentadas em tempos de *stress* é freqüentemente atravessada por um desejo de alguém que exerça o papel de continente, o que muitas vezes é vivenciado como uma ânsia por um pai ou uma mãe. Os pacientes repetidamente procuram por reconhecimento, suporte e mesmo influências de pai ou de mãe. Enquanto em tempos de paz os terapeutas ocupam naturalmente alguns papéis parentais, em tempos de guerra vêem-se muitas vezes esmagados pela mesma necessidade de proteção parental. Isto torna mais forte o conflito de interesses entre a transferência e contratransferência, pois é esperado que grupanalistas assumam peremptoriamente os papéis de *holding* e continente. O paradoxo é que se o analista não

foge totalmente da área onde se localiza o *stress*, sua aceitação no preenchimento de tais papéis parece facilitar a vida para ambos os lados. Uma relação é então estabelecida e ela encontra fortes necessidades intersubjetivas recíprocas, criando grande energia que auxilia na sobrevivência psíquica.

3. Falha na contenção e Transtornos Relacionais

A falha na contenção do *stress*, como nós testemunhamos no norte, levou a diferentes tipos de patologia. Vamos então olhar para estas dificuldades em termos de Transtornos Relacionais, em vez das ortodoxas categorias interpessoais de diagnóstico. Padrões desfuncionais interpessoais – que eu já descrevi (Friedman, 2006a, 2006b e 2007) como Transtornos Relacionais, usam as perspectivas grupais para compreender as origens sociais e intersubjetivas das patologias[1] assim como as oportunidades curativas únicas que a grupoterapia provê por si mesma. Os Transtornos Interpessoais foram concebidos dentro de perspectivas que não favorecem, nem a "Unidade" sobre o "Número", nem vice-versa, porque visam primordialmente à funcionalidade de suas relações (de Polo, 2006: 5). Terapeutas focados em relacionamentos aperfeiçoam os critérios de indicação e seleção para psicoterapia e aumentam suas habilidades para observar padrões de relacionamento difíceis durante as terapias de grupo. Hoje em dia não existe nenhum sistema de indicações diferenciais para terapia que prometa ótima eficiência[2].

[1] Por que é tão difícil adotar uma característica patológica interpessoal em vez da conhecida perspectiva intrapsíquica pessoal? Os italianos, que freqüentemente são profundamente orientados social e politicamente, sabem identificar, a partir das observações de Foulkes, que aferrar-se a uma patologia individual é uma defesa contra a culpa (Foulkes,1964: 291). Foulkes que foi um psicanalista freudiano e o fundador da grupanálise, acreditava de fato que nossa vinculação à clássica nosologia intrapsíquica tem a função de negar e evitar a responsabilidade social pela doença dos outros. Se acreditarmos que os outros são neuróticos ou psicóticos por causa de sua estrutura interna, é mais fácil negar a relação de cada um com a patologia do outro. O sentimento de ter-se identificado com projeções, que contribuiu para o Transtorno de ter causado sofrimento ou adoecimento a outros, pode produzir em nós o sentimento de culpa ou de vergonha.

[2] O resultado de não responder a questões como: quando e para quem a terapia individual ou a de grupo é mais indicada?, Muitos de nossos pacientes permanecem por tempo demais na terapia inadequada. Considero natural que, no início do processo terapêutico, a maioria dos pacientes prefira a terapia individual. Quando em sofrimento, 'programas' muito primários compelem-nos para demandas diádicas de continente, por isso é natural voltar-se primeiro para a terapia individual. Entretanto, após a terapia individual inicial (para algumas pessoas, desde o início), pode ser que a terapia de grupo promova o espaço curativo ideal, em virtude do potencial crescimento intersubjetivo obtido através de processos como Ressonância, Espelhamento e *ego-training-in-action* (Foulkes, 1976). A psicoterapia de grupo é freqüentemente

Uma falha na contenção de emoções fortes produz Transtornos Relacionais. Nas condições extremas de guerra, quando irrompem recusas e angústias existenciais tomam conta de nossas mentes, esta tendência é até mesmo maior. O primeiro Transtorno Relacional inclui a inabilidade de conter a dualidade entre fraqueza e força dentro de nós e nos outros. Conseqüentemente, o estado afetivo do grupo sofre uma profunda divisão entre sentimentos de insuficiência e a inabilidade de se sentir insuficiente, criando um padrão do relacionamento patológico. A segunda patologia interpessoal resulta da inabilidade de conter doses excessivas de agressão no grupo. Como resultado da violência fantasiada e atuada pode surgir um Transtorno Relacional de Rejeição. A terceira desordem centra-se nas dificuldades de conter ansiedades de separação dentro do grupo, resultando em identificação social excessiva e no subdesenvolvimento de um *self* autônomo. Isso dá origem à necessidade de ter 'heróis' desprendidos e seus fac-símiles egoístas – ambos aspectos de padrões patológicos de relacionamento recíproco. Na realidade da guerra conheci muitos que responderam à ameaça de guerra com o adoecimento, como se fosse um golpe existencial ou uma ferida narcísica. O esforço para dar conta das dificuldades parecia vincular uma preocupação obsessiva com o *self* , visto como um herói usado e mal-usado pela sociedade, usando e mal-usando os outros ao mesmo tempo.

Através da minha própria experiência, a quarta patologia interpessoal, o Transtorno Relacional de Exclusão era o mais grave e era causado pela marginalização das vítimas de guerra, devida à impossibilidade de se oferecer continente para intensas demandas por solidariedade e pelo reconhecimento de um temor crescente. Em minha opinião, muitos destes problemas continuarão a surgir impulsionados por mecanismos de traumatização primária e secundária. Estas vítimas de guerra não são rejeitadas, mas elas se sentem excluídas na medida em que seus sintomas se assemelham à depressão. Acometidas por um baixo nível de energia só conseguem investir na própria sobrevivência não conseguindo atingir níveis satisfatórios de produtividade ou satisfação pessoal. A marginalização provavelmente paralisa as pessoas impedindo-as de realizar todo o seu potencial emocional e intelectual. O ambiente de guerra revela o quanto a retomada de um ajustamento psíquico suficientemente bom precisa incluir o pertencimento à pequenos grupos, fundamentais para a sobrevivên-

mais eficiente em ajudar a trabalhar com a realidade 'externa do paciente promovendo insights. Isso pode sugerir aos pacientes com Transtornos Relacionais para onde dirigir o olhar durante a terapia de grupo favorecendo a caracterização de relações de *re-enactement*.

cia psíquica, nos quais uma mistura de reconhecimento e a possibilidade de alternância de papéis de continente e contido entre seus membros pode tolerar certo grau de recusa.

4. A função do condutor em tempos de guerra

Recorrendo a minha própria experiência durante a guerra, as funções básicas e mais importantes do condutor eram administrar o *setting* (Foulkes e Anthony, 1948) e o *holding* (Winnicott, 1962) do grupo. Senti muitos e, por vezes, conflitantes desejos e necessidades concernentes ao grupo: eu tinha a responsabilidade de manter um "Espaço Seguro' contínuo enquanto administrava minhas próprias ansiedades e medos em geral sobre o deslocamento dos participantes para o trabalho e especificamente sobre suas vindas de carro para o consultório (muitos dos acidentes de guerra aconteciam com motoristas consumidos pelo fogo, depois que seus veículos eram incendiados por fragmentos de bombas vindas do alto).

Havia também ressalvas quanto à segurança da sala no local em que as sessões eram realizadas. Como alguém pode conter e elaborar sentimentos nesta situação? A interpretação – um dilema mesmo em tempos de paz – torna-se ainda mais difícil durante a guerra. Encontrava-me permitindo – mais que habitualmente – que os processos do grupo caminhassem por si só em vez de conduzi-los, promovendo o encontro subjetivo. Em vez de trabalhar com assuntos como, por exemplo, o relacionamento dos participantes com o condutor ou com as agências governamentais, eu promovia um verbal ou não-verbal 'estar-na-presença' do outro e do grupo ou mesmo apenas um 'estar-com-o-outro'. O grupo vivenciou um afastamento daquilo que é da ordem do *insight* para uma 'presença' (Winnicott, 1967) mais experimental e não-interpretativa. Então procurei pelo encontro emocional mais básico, por 'momentos de encontro' (Stern *et al*., 1998). Lembrei-me muitas vezes das advertências de Winnicott sobre os excessos na interpretação e da advertência de Foulkes (1975) para o analista se afastar daquilo que ele chamou de 'interpretações precipitadas' em sua conhecida citação: "A Interpretação entra quando a Análise falha" (Foulkes, 1975: 115). Em tempos de guerra o condutor deveria abster-se da interpretação tanto por sua própria condição como pela situação existencial externa que afeta todos os envolvidos. Suportar e reconhecer dificuldades e admitir resistências é, a meu ver, o mais significativo. Durante a guerra nos reconhecemos e ajudamos uns aos outros, assumimos papéis alternados de ajuda mútua, usamos uns aos outros. A maior aquisição deste trabalho foi a de que ninguém do grupo foi excluído, saímo-nos bem sem

marginalizações. Elaboramos e potencializamos partes do *self*, discutindo e aceitando egoísmo, desprendimento/generosidade, coragem e angústias de cada um. Neste sentido, o condutor deve deixar espaço suficiente para que os participantes do grupo tenham um encontro existencial, que cure um ao outro ao usar um ao outro. Como Yehuda Amihai, poeta israelense, escreveu há muitos anos:

> As pessoas usam umas às outras
> Como cura para o sofrimento. Elas colocam umas às outras
> em suas feridas existenciais,
> no olho, na sutileza, na boca e na mão estendida.
> Elas se agarram firmemente umas às outras e não as deixam ir.
> (Amihai, 1986)

Parte 2: A elaboração da culpa em conversas com os palestinos

1. Sonhando com a paz e falando aos palestinos – Um relato pessoal do uso de sonhos no processo de diálogo com o inimigo

A guerra em Israel vem acontecendo por quatro ou cinco gerações. Sejam quais forem os olhares de fora, a maioria dos que encontrei em meu ambiente Judaico-Israelense teria amado viver sem isso. Entretanto, nosso sentimento consciente básico é que precisamos lutar a fim de não sermos guiados 'para dentro do mar'. Isto é patologia ou realidade? Seja o que for que críticos e historiadores digam, este é um dos fatores psicológicos mais importantes de nossa existência. Nós dividimos com os palestinos o mesmo pedaço de terra, assim como uma série de crenças, tradições e religiões que culminaram neste conflito. A despeito de muitos de ambos os lados sentirem-se absolutamente seguros de que o espaço (que inclui terra, cultura, crenças etc.) pertence a eles, idéia que pode corresponder à posição esquizo-paranóide de Melanie Klein (1946), outros parecem estar em uma posição mais 'depressiva' estando dispostos a aceitar que são parte da paisagem sem a possuírem. Psicologicamente, esta pode ser considerada uma posição mais madura que possibilita a cordialidade, assim permitindo o diálogo, o que é quase impossível junto àqueles que compartilham do primeiro ponto de vista.

Os resultados dos acontecimentos da II Guerra Mundial e aqueles da Guerra Israelense de 1948 em prol da Independência de Judeus e Palestinos parecem óbvios e penetrantes. O Holocausto teve um impacto imenso sobre a cultura e a psicologia dos judeus, vivendo dentro ou fora de Israel. Quando eu

era criança após a II Guerra Mundial, alguns membros de minha família – aqueles suficientemente afortunados para sobreviverem aos campos na Europa, se juntaram a nós. Descrever seu modo de vida, seus esforços, seja para enfrentar seu passado traumático enquanto tentavam construir uma nova existência, pode parecer anacrônico, mas sua influência consciente e inconsciente nos israelenses modernos e no pensamento judeu é inegável. Nossa realidade social e política está emaranhada com de nossa existência psíquica no 'aqui-e-agora', talvez para dar conta do trauma transgeracional (Volkan, 2001; Hopper, 2003) que nos foi infligido. Pessoalmente, eu estava terrivelmente atraído para ouvir conversas secretas sobre acontecimentos nos campos ou sobre o que foi encontrado, após liberação e na volta para 'casa' dos sobreviventes. Em retrospectiva, os esforços incessantes para conter o que não podia ser contido tiveram uma influência duradoura sobre mim e tenho quase certeza que minha curiosidade sobre processos psíquicos está muito relacionada a isso. A principal influência sobre a nossa cultura foi a de que jamais deveria ser permitido que tais acontecimentos ocorressem novamente e tornou-se uma questão política prevenir episódios como esse a qualquer custo. Isso ocorreu sem que nossa posição de vítima tivesse sido elaborada. Esta era uma situação herdada e que agora vive em um paradoxo paralelo à nossa política pro-ativa, preventiva e agressiva. Em meus diálogos com palestinos, parecíamos dois subgrupos colidindo sobre a reivindicação pelo monopólio de uma cultura de vitimizações. Entretanto ao contrário das vítimas impotentes da II Guerra Mundial, nós israelenses desenvolvemos nosso estilo agressivo único de enfrentamento de medos existenciais. A posição de vítima certamente dificultou o diálogo e, em minha opinião, este também foi um truísmo para o lado palestino.

A 'grande tragédia' dos palestinos foi o Nakbah, no qual milhares de refugiados foram disseminados sobre a região simbolizando mais que qualquer outro acontecimento, a posição deles como vítimas. A Israel de 1948 (ano da guerra de independência) é acusada como agressora e como tal é responsabilizada pelo terrível destino dos palestinos, em parte porque foi dito à população civil por seus próprios líderes que deixassem suas próprias casas.[3]

[3] É interessante notar que, na última guerra, Narsalla, o cabeça do Hezbollah, deu ordens para que a população árabe deixasse Haifa, de modo que ele pudesse bombardear livremente, uma forte lembrança da exigência feita à população árabe na Guerra de 1948 sob sua liderança. Pela primeira vez os líderes árabes de Haifa responderam que não cometeriam o mesmo erro que haviam feito em 1948. Eles ficaram, mas na mesma noite um foguete caiu no principal centro dos alojamentos árabes, matando dois e ferindo 200...

2. O conflito entre nós e os palestinos e as conversações

Devido à total ausência de processos formais alternativos que promovessem diálogos de paz, alguns palestinos e israelenses fizeram tentativas de conversar entre si. Profissionais como o Dr. Mahmud Sehwail e eu iniciamos uma tentativa deste tipo nos anos de 2004 à 2006, inicialmente com o objetivo de troca incondicional de informações no tratamento de traumas, mas com abertura para uma motivação ulterior mais profunda: o grande desejo pela paz. Ao promovermos discussões entre os inimigos, pudemos modelar um diálogo difícil, mas frutífero. Após um início muito problemático, durante o qual nem conseguimos apertar a mão um do outro, reuniões foram finalmente realizadas. O local dos encontros também era problemático: nós costumávamos falar por muitas horas em Jerusalém Leste em um hotel como o *American Colony* ou em outras redondezas como a Universidade Mórmom. As reuniões tornaram-se um contato profissional formal, feito entre eu, como presidente da Associação Israelense de Psicoterapia de Grupo e o Dr. Mahmud Sehwail, chefe de uma instituição palestina chamada Centro de Reabilitação de Tortura [*The Torture Rehabilitation Centre*] (*TRC*) que havia tratado anteriormente de palestinos encarcerados que sofriam de neuroses traumáticas. Decidimos começar estas conversações por nós mesmos, sem liderança externa. Esta decisão, que absolutamente não foi tomada de coração leve, realizou-se devido ao fato de que a maioria das experiências bem-sucedidas de diálogo havia ocorrido sem condução externa. Decerto eu estava muito influenciado por minhas extensas conversações com alguns negociadores de Oslo, que faziam suas conversações diretamente, apenas usando o *setting* proporcionado pelos noruegueses. Nós acreditávamos que seria possível conter os fortes sentimentos que emergiam no grupo, por nós mesmos. Nossa decisão pode ter sido paradoxal por causa de minha própria crença de que um continente externo, um parceiro para elaborar dificuldades não suficientemente elaboradas individualmente é necessário, particularmente em situações de *stress* e em situações limite. Nossas próprias limitadas capacidades de continente precisavam ser expandidas ao integrar um 'parceiro' no processo de elaboração. Gostaria de descrever a atual situação do grupo no complicado diálogo com o objetivo de adquirir uma compreensão melhor do processo.

3. Os parceiros para um diálogo grupal

Embora os subgrupos, israelense e palestino, incluíssem profissionais que lidavam com trauma, eles eram de fato diferentes em sua composição. O grupo palestino era composto de quatro mulheres e dois homens, enquanto que o

nosso compreendia três homens e duas mulheres. A primeira diferença significativa era a da cultura de gênero. Nossas mulheres eram muito falantes e 'profissionais da palavra' e elas certamente realizaram mais da metade de nossas conversações. Inversamente as mulheres deles não falavam mais que dez por cento do tempo destinado aos palestinos. Além disso, havia a questão da autoridade masculina característica da cultura palestina e todos eles, exceto um, eram jovens. Eu acredito que diferenças de gênero podem ser usadas positivamente, *particularmente* em diálogos de conflito porque, muitas vezes, as mulheres são mais capazes de cooperar ou de ver o sofrimento comum com compaixão. Contrariamente os homens tendem a focar mais no conflito e levam suas posições ao extremo. Eu acredito que no subgrupo israelense o lado feminino teve uma forte influência nas negociações, enquanto no subgrupo palestino as mulheres não tiveram um impacto real. Outra diferença foi encontrada no nível da educação e da experiência profissional: não que eu realmente possa avaliar a influência que tais lacunas tenham na relação entre os subgrupos – mas deve haver.

4. Obstáculos

Uma das vias para entender todos os processos grupais é diferenciar entre '*holding*' e 'continente' (James, 2000). Entre os maiores obstáculos que encontramos desde o início, estava o *holding* do *setting* das conversações. Ambos os lados concordaram que era inseguro para nós israelenses irmos para Ramallah ou outros territórios palestinos. Por outro lado, para os palestinos entrarem em Israel, eram necessárias permissões, o que para nós, era muito difícil obter e, para eles quase ofensivo receber. O contato com o exército e os postos de controle de fronteira eram tão frustrantes que nos perguntávamos a nós mesmos, se o obstáculo não se revelava grande demais para os palestinos. Eles se sentiam profundamente ressentidos pelas medidas de segurança do exército e chegamos a pensar que eles iriam 'deslocar' sua agressividade sobre nós, seus parceiros de diálogo. Além do fato de que isso poderia resultar em raiva indireta. Outra questão era a impossibilidade de manter os horários sobre os quais havíamos concordado (por escrito). Normalmente uma reunião poderia começar mais tarde do que programado, mas então era revelado que eles queriam terminar duas ou três horas antes do final formal. Explicavam que estavam querendo usar as permissões para ir rezar em El-Aqza ou visitar parentes que não viam há tempos. Ainda que isso nos parecesse humano e natural, ficávamos muitas vezes zangados e sentíamo-nos usados e manipulados por não termos sido informados disso antes.

Ainda assim, os maiores obstáculos estavam do lado 'continente' do processo. Os relacionamentos eram cheios de emoções, difíceis de serem contidas. Conflitos estouravam sem aviso, especialmente os sentimentos de ódio, de inveja, de culpa e outras emoções fortes que revolviam o processo continuamente. Processos de '*holding*' e 'continente' influenciavam-nos mutuamente e quando o *holding* do grupo é difícil, quando o *setting* está sob pressão, seu potencial de contenção recíproca e a elaboração de difíceis estados psíquicos são automaticamente colocados em risco. Por outro lado, falhas na contenção de dificuldades emocionais sempre terão um impacto na sustentação de um *setting*.

5. A contenção da culpa

Pode ser que o problema emocional central que encontramos em ambos os lados do diálogo, tenha sido a elaboração da culpa. A capacidade de sentir culpa pode ser considerada como uma habilidade de diferenciar entre 'sentir culpa' e 'ser culpado'. Muitas vezes isso acontece quando se têm parceiros capazes de tolerar alguma espécie de culpa, dividindo a carga emocional da responsabilidade e a elaboração da agressão. Se apenas uma parte se sente culpada, particularmente se estiver associada com a vergonha, isso pode tornar-se insuportável. Assim, se alguém tem medo de ser culpado, mas se os sentimentos de culpa não forem permitidos, o resultado é que o sujeito fica na defensiva.

Em nossos diálogos parecia haver um poderoso incentivo para cada um se defender por contra-agressão na forma de acusações, a fim de livrar-se da dor mental que estes sentimentos de culpa e vergonha engendravam. Literalmente, desde o início de nossos encontros, sentimo-nos tanto aberta como veladamente acusados pelos palestinos que continuamente se colocavam no papel de nossas vítimas. A inflexibilidade de suas acusações e a aparente continuidade de seus sentimentos persecutórios eram os principais temas discutidos em nosso subgrupo israelense. Usávamos o longo percurso de Jerusalém para casa, procurando elaborar nossas experiências em um processo marcado pelas tentativas e pelo cansaço. Depois de um dia desses de diálogo, alguns de nós dormiam por mais de 20 horas!

Apesar de termos inicialmente estado de acordo que o lado israelense fazia parte de uma instituição profissional formal e que ambos os lados não deveriam tomar partido contra as autoridades, os palestinos também achavam difícil aceitar que éramos israelenses centrados. Eles haviam tido alguma experiência anterior em falar com israelenses de extrema esquerda que geralmente partilham de maior identificação com os palestinos. Apesar de nossas convicções políticas pessoais próprias, que incluíam forte tendência de esquerda, não

estávamos obviamente dispostos a aceitar *slogans* anti-israelenses e declarações contra a política governamental. Tínhamos a impressão que os palestinos queriam que nos sobre identificássemos com eles toda vez que eles necessitavam usar um conflito para paralisar as conversações. Por exemplo, sem aviso nos acusavam de não nos declararmos oficialmente contra a ocupação da Cisjordânia. Em nosso subgrupo pensávamos que eles, profissional e pessoalmente, se sobre identificavam com seus pacientes que, como eles, eram as vítimas da agressão israelense, o que os fazia agirem externamente contra nós. Internamente, parecia que a única estratégia que eles encontravam para curar traumas resultava em uma especialização no partilhar o *status* de vítimas enquanto, profissionalmente, assumiam a posição de censura. Em nosso grupo de diálogo tornou-se progressivamente cada vez mais difícil discutir de fato a experiência e o conhecimento técnico sobre a terapia do trauma, que não era mais infligido pelo 'outro lado' mas sim pelos 'israelenses'. Cada discussão de caso acabava virando uma acusação.

a) Elaboração da culpa

O grupo estava dividido: enquanto os palestinos faziam acusações e agiam como se não tivessem uma parcela de culpa, nós estávamos tentando dar conta da culpa. Pode ser que inconscientemente eles estivessem acusando tanto o lado deles quanto o nosso, enquanto o subgrupo israelense esforçava-se consciente e inconscientemente em discernir entre a nossa culpa e a culpa deles. Em uma percepção tardia, penso que eles estavam evacuando suas culpas, transferindo-as para dentro de nós através de suas acusações, na ausência de um processo de elaboração de suas próprias culpas. Era uma situação embaraçosa: o muro entre a Autoridade Palestina e Israel ainda não existia e havia em nosso cotidiano homens-bomba se explodindo em ônibus e restaurantes. A despeito desses ataques, eles não queriam ou não eram capazes de desistir de sua exclusividade no papel de vítimas.

À luz do trauma transgeracional israelense-judaico acima descrito, tornou-se ainda mais difícil aceitar a posição deles e a nossa culpa. Não fomos educados para sentir culpa. A limitada reciprocidade nos esforços de continente tornava o diálogo extremamente difícil O início da Liberação de Gaza e o sofrimento da população civil israelense, quando foram evacuados de suas casas, embora tenham tido enorme impacto sobre nós, eram ignorados ou não reconhecidos pelo lado palestino. Enquanto fomos empáticos com o sofrimento deles na ocasião da ocupação militar, nós, como subgrupo, sentíamos cada vez mais que os palestinos estavam carregando esse sofrimento consigo mes-

mos. Finalmente, sentimos que os esforços israelenses para melhorar a situação na verdade os ameaçava, porque isso os enfraquecia no monopólio da vitimização, usado como estratégia principal.

Após um ano ou mais, é possível dizer que só havia monólogos no recinto, sem qualquer êxito real de engajamento em um diálogo ou discurso recíproco mais maduro (Schlapobersky, 1993). No subgrupo israelense chegamos à conclusão que teríamos de elaborar a culpa, sozinhos e que não haveria continuação dos encontros se não controlássemos nossas reações conscientes e inconscientes. Nossa principal motivação para continuarmos as conversações era a enorme quantidade de aprendizado que realizávamos. No subgrupo israelense havia um esforço unânime em não desistir do sonho; isso talvez fosse abrir uma porta para um mundo totalmente ignorado, no qual nossos vizinhos viviam. Também não conseguíamos parar nossa ânsia por diálogo, nem nossa curiosidade sobre o modo palestino de tratar ou encarar o trauma. Por último, porém não menos importante sentíamos uma amabilidade muito grande em relação a alguns dos participantes 'do outro lado'. Isso era especialmente notado durante os intervalos... As mulheres podiam ir juntas ao banheiro, onde uma conversação mais livre era aparente e os homens falavam de maneira muito pessoal e familiar uns com os outros.

b) O processo pessoal e grupal de elaboração da culpa

Às vezes, em processos extremamente estressantes, a elaboração da culpa é feita por uma mistura de "estar-no-grupo" e encontrar algum continente pessoal para o problema emergente. Orenstein (Orenstein, 2007) aponta de modo similar uma combinação de trabalho individual e familiar na sobrevivência do Holocausto e, depois disso, estratégias de enfrentamento da questão. O espaço entre elaboração interna e interpessoal é extremamente significativo para a participação dos indivíduos no processo grupal, a fim de avançar contra a resistência de cada um em encontrar suas próprias soluções. Durante o período de diálogo com os palestinos, consultei alguns profissionais e amigos, buscando ajuda adicional para aquilo que havíamos discutido no subgrupo. Foi tanto interessante como triste compreender o quanto estas consultas de supervisão estavam contaminadas por posições políticas que influenciavam o consultor.

Como conseqüência, durante muitos meses, ainda que continuássemos a falar no subgrupo israelense de várias formas diferentes, nada me ajudou realmente a compreender e desenvolver minhas opiniões. Foi quando dois sonhos vieram em meu auxílio. O primeiro deles me fazia lembrar de um sonho anterior que eu havia sonhado há muitos anos atrás, algum tempo depois de uma

conferência entre psicanalistas israelenses e alemães, realizada em Nazaré em 1994. No primeiro sonho:

> Estou na conferência com um amigo. Dois participantes alemães aproximam-se de mim, junto com um tio meu. Todos três se aproximam e dizem: 'queremos que você esqueça e nos perdoe'. Eu digo a meu amigo: 'mas eles são nazistas, nós nunca os perdoaremos'... Então eles parecem escapar ou se distanciam para um lugar distante.

Este meu tio era um judeu alemão que, 30 anos após ter escapado do regime nazista, voltou à Alemanha. Apesar de ter sido arrancado de sua legítima liberdade de viver e trabalhar nos anos precedentes à guerra na Alemanha, ele ainda sentia que só poderia retornar à Berlim, a cidade onde acostumara viver e aonde se sentia 'em casa'. Ainda que eu o amasse e admirasse, e tivesse testemunhado suas dificuldades culturais e linguísticas em seu país de emigração, passei um tempo difícil até aceitar sua volta à Alemanha. Na verdade, meu tio colocou grande parte de mim à prova: minha ambivalência em relação ele e minha identificação com ele me mostrou que o sonho se referia à partes de mim mesmo.

Naquele tempo, o sonho me ajudou a elaborar algo sobre meu estreito parentesco com os alemães e minhas percepções sobre eles em tudo o que chamei de 'os nazistas'. Algo em minhas atitudes estagnadas em relação aos alemães mudou radicalmente após este sonho.

c) Outro sonho que se somou e ajudou

Dias depois, após um conflito com os palestinos onde eles cessaram completamente o diálogo, tive o seguinte sonho:

> Meu tio aparece vestindo um terno na sala de trabalho de minha casa em Israel e queria algo pouco claro de mim. Acordo com enorme medo.

Meu pensamento inicial ao acordar foi a instantânea recordação do primeiro sonho e, assim, tive uma compreensão imediata do 'eu sou um nazista'. Foi um momento emocional muito difícil para mim; foi profundamente penoso, apesar de tentar me aproximar, de ser amigável com meus sonhos em busca de meu *self* verdadeiro. Sentia-me profundamente ferido. Cognitiva e emocio-

nalmente isso finalmente me levou a reconhecer que eu/nós somos os nazistas para os palestinos e pode ser que o sejamos para sempre. Nos dias subseqüentes senti dor e desilusão. Progressivamente, na medida em que tentava viver, aceitando a situação de uma maneira estranha, este *insight* também me acalmou. Depois entendi que no processo de elaboração de minha culpa parecia que eu precisava sentir seu total impacto a fim de fazer as pazes com estes sentimentos. Senti o quanto meus pensamentos e ações estavam relacionados com essa dificuldade – aí de mim, talvez a impossibilidade – de conter este tipo de culpa para nós israelenses. Fiz a experiência de me reapropriar dos meus sentimentos de culpa, enquanto provavelmente também fazia isso por todo o subgrupo.

Como retive a habilidade de conter o processo de culpa e isto foi incluído no trabalho de elaboração do grupo, de alguma forma foram alcançados desenvolvimentos significativos em nosso enfrentamento da questão. Na medida em que podíamos conter nossa culpa consciente e inconsciente, o subgrupo israelense entendeu que nunca seríamos perdoados pelos palestinos – teríamos que desistir de nossa esperança de absolvição. Enquanto que ser nazista para os palestinos era uma idéia 'politicamente incorreta', esta era uma noção com a qual nós precisávamos conviver. Em vez de afundar nossas cabeças na areia e constantemente tentar libertar a nós mesmos do peso de nossos sentimentos de culpa e responsabilidade, a experiência poderá nos fazer mais humanos e hábeis e, até mesmo nos permitir tolerar culpas desproporcionais. Adicionalmente isto nos preparará melhor para diálogos com palestinos acusadores: não a fim de rejeitar defensivamente as acusações deles, mas para sermos mais objetivos em nossas investigações sobre nossas próprias faltas.

Se em nossa experiência a possibilidade de conter interna e externamente a totalidade do material envolvido nas discussões incluir a transferência deste material mais digerido para o Outro, em nosso caso a experiência falhou. Pouco depois desses complexos processamentos mentais os palestinos encerraram o diálogo. Eles jamais mudaram sua via de acesso à sua própria culpa ao longo das conversações: o subgrupo deles nem ao menos se aproximou da possibilidade de aceitar psicologicamente sua parcela de participação na violência (não politicamente, mas humanamente falando)[4].

[4] Isso me faz concluir que a posição ética ótima em guerra é conferir uma valorização mais séria para os sentimentos de culpa. Novamente sinto que sua aceitação e contenção facilitam o desenvolvimento tanto de uma identidade mais madura e responsável como pessoa (combativa), assim como ajuda a regular agressão e a violência.

d) Os três usos de sonhos: Informativo, Formativo e Aspectos Transformadores do contar-o-sonho (dream-telling).

Porque contei estes sonhos a vocês? Penso que a primeira razão é a de que, para elaborar processos inconscientes representados em sonhos, é preciso partilhá-los. Sonhar e contar-o-sonho são dois processos diferentes. Sonhar é pessoal e se refere ao processamento de emoções excessivamente ameaçadoras e excitantes. Contar-o-sonho é um acontecimento social e proporciona espaço para duas interações intersubjetivas e interpessoais que chamei de: demanda de continente e desejo de influenciar, que pode motivar o ouvinte a apresentar posições responsivas e elaborativas. Ao re-sonhar o sonho, mudamos e nos movimentamos.

Descrevi três usos de sonhos: o primeiro é o 'uso informativo' – usar o relato de um sonho com a finalidade de através dele retirar informações, o que era a abordagem de Freud, por exemplo: procurando pela maturidade do ego, sua posição edipiana ou a transferência com o analista ou com a situação do grupo (Freud, 1900). Já o 'Sonhar Social' - *Social Dreaming* (Lawrence, 2007) - usa sonhos para diagnosticar uma sociedade ou uma organização. O diálogo interpretativo busca uma compreensão mais aprofundada do sonho, tornando o inconsciente disponível à consciência. Em segundo lugar há um 'uso formativo' do contar-o-sonho – que usa os sonhos relatados por uma psique imatura e fragmentada a fim de estruturar progressivamente a psique do sonhador. Finalmente, há o 'uso transformador' que faz um esforço para compreender em qual direção emocional o sonho é contado, a fim de inconsciente modificar e movimentar quem os escuta. Ao ouvir o sonho, os membros do grupo são convocados a testemunhar e a reconhecer as emoções, ajudando a contê-las, além de influenciarem no relacionamento entre o ouvinte e o contador-do-sonho .

Além disso, acredito que muitas vezes sonhamos algo para os mais próximos de nós, nossos filhos, amigos, para nossos parceiros ou pacientes ou vice-versa. Não só elaboramos nossas próprias dificuldades, mas também aquelas de pessoas que nos dizem respeito e que muitas vezes dependem de nossas capacidades elaborativas. A permeabilidade de nossas psiques torna este processo possível e o fato das fronteiras 'intrapessoais' e ' interpessoais' estarem muitas vezes confundidas, às vezes se perde por completo. A primeira etapa na elaboração de dificuldades através do sonho pode ser complementada pelo contar-o-sonho, que pode assim ser considerado como um segundo passo no esforço feito na elaboração de dificuldades emocionais através de relações que façam uso de um continente interpessoal. Este intersubjetivo e às vezes recíproco processo de oferecer continente é especialmente potente em pequenos

grupos, mas parceiros de elaboração criativos podem ser igualmente encontrados com um ambiente que reúna pessoas que se utilizem de contar-o-sonho.

Na Universidade de Haifa pesquisamos sobre contar-o-sonho, vertendo alguma luz sobre o contar-o-sonho na família e na sociedade. Onde houver um continente, encontraremos o contar-o-sonho e o fundamento de uma elaboração interpessoal. Meu sonho e o trabalho subseqüente, junto com processos similares vivenciados por outros participantes de nosso subgrupo, não só modificou o lado israelense em direção a uma elaboração melhor de nossa culpa, mas também foi continente em relação ao desejo de influenciar o outro lado. Contar-o-sonho tem a função de mudar a relação com os outros; ele busca a influência intersubjetiva e interpessoal. Acredito que a função deste sonho foi a de comunicar a mensagem de estávamos dispostos a aceitar uma porção da culpa, inclusive a nossa e, deste modo isto possibilitaria a continuação do diálogo de conflito. Acredito que, de várias maneiras únicas, todos os israelenses do subgrupo elaboraram suas culpas – todavia nosso diálogo chegou prematuramente a um triste final. Essa experiência contribuiu apenas para a relação que tivemos com nossos subsequentes parceiros de diálogo. O grupo palestino TRC cessou o diálogo e cancelou a prometida participação deles no último congresso da *Associação Israelense de Psicoterapia de Grupo*. Pode ser que eles tenham sido ameaçados por extremistas de seu lado.

6. Conclusão

A elaboração que eu e o grupo israelense fizemos em relação aos sentimentos de culpa, após nosso encontro com a miséria palestina, suas censuras e acusações e a própria elaboração da parte que me cabia, como israelense, no terrível destino dos palestinos, não foi consumada dentro daquele grupo. Entretanto, não desistimos, e estamos dialogando com um segundo grupo de palestinos com os quais alcançamos algum progresso, e, em torno de 40 palestinos assistiram ao congresso IMAGINE em Tel Aviv, em 2006.

Referências

AMIHAI, Y. *Love Poems, a Bilingual Edition.*. Tel Aviv: Schocken, 1986. p. 77–8.

BION, W. R. *Learning from experience.* London: Heinemann, 1962.

DE POLO, R. *La Bussola Psicoanalitica tra Individuo, Gruppo e Societa.* Milano: Franco Angeli, 2007.

FOULKES, S. H. *Therapeutic Group Analysis.* London: Maresfield Library, 1964.

FOULKES, S. H. (1975) *Group Analytic Psychotherapy*: method and principles. London: Gordon and Breach. Reprinted London: Karnac, 1986; 1991.

FOULKES, S. H.; ANTHONY, E. J. *Group psychotherapy:* the psychonalytic approach. London: Penguin, 1957.

FRANKL, V. E. *Man's search for meaning*: an introduction to logotherapy. New York: Pocket Books, 1957.

FREUD, S. *Interpretation of Dreams.* Standard Edition. Hogarth Press, 1900.

FRIEDMAN, R. (2005) 'Lo sviluppo di un punto di vista relazionale sui disturbi psichici a partire dalla gruppoanalisi e dalle supervisioni', *Gruppi* vol. 11, n. 1, gennaio.

FRIEDMAN, R. Where to look? Supervising Group Analysis-A Relations Disorder Perspective', *Group Analysis*, 40(2), 2007. p. 251-68.

HOPPER, E. (2003) 'Incohesion: Aggregation/Massification; the Fourth Basic. Assumption in the Unconscious Life of Groups and Group-Like Social Systems' In: R. M. Lipgar and M. Pines (eds) *Building on Bion: Roots.* London: International Library of Group Analysis 20, Jessica Kingsley Publishers.

JAMES, D. C. 'Holding and Containing in the Group and Society', in D. Brown and L. Zinkin (eds) *The Psyche and the Social World; Developments in Group-Analytic Thinking.* London: Jessica Kingsley Publishers, 2000.

KLEIN, M. 'Notes on Some Schizoid Mechanisms', International Journal of Psychoanalysis 27, 1946. p. 99–110.

KOTANI, H. 'Aspects of Intrapsychic, Interpersonal and Cross-Cultural Dynamics in Japanese Group Psychotherapy', *International Journal of Group Psychotherapy* 49(1), 1999, p. 93–104.

KOTANI, H. *Safe Space in a Psychodynamic World*. paper at Tokyo Conference on Psychological Safe Space and World Peace, Tokyo. 2004.

LAWRENCE, W. G. *Social Dreaming.* Budapest: Lelekben Otthon Kiabo, 2007.

MELTZER, D. (1983) *Dream-Life*. NY: Clunie Press. Ornstein, A. and Goldman, S. *My Mother's Eyes: Holocaust Memories of a Young Girl.* Emmis, Cincinnati, OH. 2004.

PINES, M. Interpretation. Why, for Whom and When', in D. Kennard, J. Roberts and D. Winter (eds) *A Work Book of Group-Analytic Interventions*. London: Routledge, 1993.

SCHLAPOBERSKY, J. 'The Language of the Group: Monologue, Dialogue and Discourse in Group Analysis', in D. Brown, and L. Zinkin (eds) *The Psyche and the*

Social World: Developments in Group-Analytic Theory, pp. 211–31). London: Routledge, 1993.

STERN, D.; SANDLER, L.; NAHUM, J.; HARRISON, A.; LYONS-RUTH, K.; MORGAN, A.; BRUSCHWEILER-STERN, N. and TRONICK, E. 'Non-Interpretative Mechanisms in Psychoanalytic Therapy', *International Journal of Psycho-Analysis* 79, 1998, p. 903–21.

VOLKAN, V. D.; AST, G.; GREER, W. *The Third Reich in the Unconscious: Transgenerational Transmission and its Consequences.* New York: Brunner-Routledge, 2001

WEINBERG, H. 'So What Is This Social Unconscious Anyway? *Group* Analysis, 40(3), 2007. p. 307–22.

WINNICOTT, D. 'The Theory of the Parent–Infant Relationship. Further remarks', *International Journal of Psycho-Analysis* 43: 1962, p. 256–7.

WINNICOTT, D. 'The Location of Cultural Experience', *International Journal of Psycho-Analysis* 48, 1967. p. 95–103.

WINNICOTT, D. W. 'The Use of an Object and Relating Through Identifications', *Playing and Reality.* London: Tavistock, 1971.

WINNICOTT, D. W. 'The Use of an Object', *International Journal of Psycho-Analysis* 50: 1969, p. 711–16.

YALOM, I. D.; LESZCZ, M. *The Theory and Practice of Group Psychotherapy*. Basic Books, 2005.

Robi Friedman
e-mail: robif@netvision.net.il